

**WIPRO DO BRASIL SISTEMAS DE
INFORMÁRICA LTDA.**

Relatório do Auditor Independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

WIPRO DO BRASIL SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Sócios da
WIPRO DO BRASIL SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Wipro do Brasil Sistemas de Informática Ltda.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Wipro do Brasil Sistemas de Informática Ltda.** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Wipro do Brasil Sistemas de Informática Ltda.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das informações de anos anteriores

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, não foram auditados por nós, nem por outros auditores independentes.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Wipro do Brasil Sistemas de Informática Ltda.** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar

a **Wipro do Brasil Sistemas de Informática Ltda.**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Wipro do Brasil Sistemas de Informática Ltda.**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Wipro do Brasil Sistemas de Informática Ltda.** Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Wipro do Brasil Sistemas de Informática Ltda.** a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



Tel.: +55 41 3244 0301
Fax: + 55 41 3244 0302
www.bdobrazil.com.br

Avenida Silva Jardim, 2042, 8º andar
Batel - Curitiba, PR - Brasil
80250-200

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de março de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9

Sd/-

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1 SP 124504/0-9 - S - PR

Sd/-

Marisa Bernardino de Albuquerque

Contadora CRC SP 143624-0/T - S - PR

Wipro do Brasil Sistemas de Informática Ltda.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
	Nota explicativa	2017	2016 (Não auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.617	826
Contas a receber de clientes	5	4.062	994
Impostos a recuperar	6	288	50
		5.967	1.870
Não circulante			
Imobilizado	7	7.243	-
		7.243	-
Total do ativo		13.210	1.870
Circulante			
Fornecedores	8	143	210
Obrigações tributárias	9	977	22
Outros passivos		4	4
		1.124	236
Não circulante			
Partes Relacionadas	10	10.656	-
		10.656	-
Patrimônio líquido			
Capital social	11	1.407	1.407
Reserva de lucros		23	227
		1.430	1.634
Total do passivo e patrimônio líquido		13.210	1.870

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Wipro do Brasil Sistemas de Informática Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2017	2016 (Não auditado)
Receitas			
Receitas Líquidas de Produtos Vendidos		4.062	729
Custo dos produtos vendidos		(1.301)	(782)
Lucro Bruto		2.761	(53)
 (+/-) Outras Receitas e Despesas operacionais			
Despesas Gerais Administrativas	12	(1.658)	(49)
Outras Receitas (despesas) operacionais, Líquidas		(2)	-
(=) Receita/(Perda) Antes do resultado Financeiro		1.101	(102)
 Resultado Financeiro Líquido	13	(315)	154
(=) Resultado antes dos impostos		786	52
 IRPJ		(722)	(8)
CSLL		(268)	(5)
(=) Lucros/(prejuízo) líquido do exercício		(204)	39

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Wipro do Brasil Sistemas de Informática Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
		(Não auditado)
(=) Lucros/(prejuízo) líquido do exercício		
Resultado do exercício	(204)	39
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(204)	39

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Wipro do Brasil Sistemas de Informática Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros/prejuízos aumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de Janeiro de 2016 (Não auditado)	1.407	187	-	1.594
Lucro do exercício	-	-	39	39
Destinação do resultado	-	39	(39)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Não auditado)	1.407	226	-	1.634
Prejuízo do exercício	-	-	(204)	(204)
Compensação do prejuízo	-	(204)	204	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.407	22	-	1.430

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Wipro do Brasil Sistemas de Informática Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(204)	39
Itens que não afetam o caixa operacional		
(+/-) Depreciação de imobilizado	1.428	-
	<u>1.224</u>	<u>39</u>
Variações em ativos e passivos.		
(+/-) Aumento/diminuição no contas a receber de clientes	(3.068)	(994)
(+/-) Aumento/diminuição em impostos a recuperar	(238)	(50)
(+/-) Aumento/diminuição em fornecedores	(67)	204
(+/-) Aumento/diminuição em obrigações tributárias	955	18
(+/-) Aumento/diminuição em outras obrigações	-	4
Caixa gerado nas operações	<u>(2.418)</u>	<u>(818)</u>
(=)Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(1.194)</u>	<u>(779)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
(-)Aquisição de imobilizado	(8.671)	-
(=)Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(8.671)</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
(+/-)Partes relacionadas	10.656	-
(=)Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>10.656</u>	<u>-</u>
(=)Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>791</u>	<u>(779)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	826	1.605
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.617</u>	<u>826</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>791</u>	<u>(779)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Wipro do Brasil Sistema de Informática Ltda. (“Empresa”) está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 20.900.380/0001-28. Está sediada na cidade de São Paulo (SP), na Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215.

A Empresa iniciou suas atividades em 16 de julho de 2014. Tem por objeto social o comércio atacadista de equipamentos de informática, componentes eletrônicos, suprimentos de informática, equipamentos de telefonia e telecomunicação.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as orientações da comissão de valores mobiliários brasileira (CVM), os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) bem como as do Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (IBRACON).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda para devedores duvidosos, assim como da

análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas periodicamente num período não superior a um ano. A Empresa adotou todas as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As Demonstrações Contábeis estão estruturadas de acordo com as normas contábeis de uso corrente e de conformidade com as disposições vigentes na legislação societária, onde aplicável, apresentando-se de forma comparada com as do exercício anterior, inclusive, de acordo com a Lei nº 11.638/07.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em conta as seguintes e principais diretrizes:

3.1. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contribuições a receber e outros recebíveis, caixas e bancos, assim como fornecedores, contas a pagar e outras dívidas.

3.3. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

3.5. Contas a receber de clientes

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

3.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com empréstimos e variação cambial.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do ano compreende o imposto de renda de pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), composto pelo imposto corrente, calculado com base no lucro tributável (lucro contábil ajustado), (i) Receita fiscal - calculada à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% adicionais); (ii) Contribuição social - calculada à taxa de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3.9. Outros passivos circulantes e não circulantes

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Wipro possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, até as datas dos balanços.

3.10. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2017

Existem três novas normas que serão efetivadas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financial instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Empresa no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments:

O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de "Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes", sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para

refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultado Abrangentes, devendo ser posteriormente reclassificada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

IFRS 15 Revenues from contracts with customers:

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes.

Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

IFRS 16 Leases:

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 Financial Instruments ainda estão sob análise da administração da Empresa, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
	(Não Auditado)	
Bancos	1.617	153
Aplicações financeiras	-	673
	1.617	826

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se a taxas que variam entre 99% e 102% (99% e 102% em 2016) da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancário - CDI

5. Contas a receber

	2017	2016
	(Não Auditado)	
Clientes nacionais	62	994
Provisão de Receita - ABB	4.062	-
Provisão para Perda	(62)	-
	4.062	994

6. Impostos a recuperar

	2017	2016
	(Não Auditado)	
Cofins a recuperar	117	-
PIS a recuperar	25	-
IRPJ Estimativa anos anteriores	45	45
CSLL Estimativa anos anteriores	5	5
ICMS a recuperar	96	-
	288	50

7. Imobilizado

	2016	Adições	Baixas	Depreciação	2017
	(Não Auditado)				
Equipamentos de Informática	-	8.671	-	(1.428)	7.243
	-	8.671	-	(1.428)	7.243

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

8. Fornecedores

	2017	2016
	(Não Auditado)	
Fornecedores nacionais	127	210
Fornecedores intercompany	16	-
	143	210

9. Obrigações tributárias

	2017	2016
	(Não Auditado)	
PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	1	1
IRRF S/ serviços terceiros	-	1
COFINS a recolher	-	16
PIS a recolher	-	3
ISS a pagar	-	1
IRPJ a recolher	708	-
CSLL a recolher	268	-
	977	22

10. Partes relacionadas

	Juros	Data de Vencimento	2017	2016
			(Não Auditado)	
Wipro do Brasil Tecnologia Ltda.	8,86% a 11,26% a.a.	mar/18	10.656	-
			10.656	-

11. Capital social

Sócios	Quotas	Valor	Percentual %
Wipro do Brasil Tecnologia Ltda.	1.015.318	1.015.318	72%
Wipro Portugal S.A.	384.000	384.000	27%
Wipro Information Technology Netherlanda B.Y.	8.000	8.000	1%
	1.407.318	1.407.318	100%

12. Despesas administrativas

	2017	2016
		(Não Auditado)
Despesas com pessoal	(2)	-
Provisão para clientes duvidosos	(62)	-
Depreciação	(1.428)	-
Honorários - departamento jurídico	(55)	(48)
Assessoria Administrativa	(74)	(1)
Assessoria em Informática	(37)	-
	(1.658)	(49)

13. Resultado financeiro

	2017	2016
		(Não Auditado)
Despesas com juros sobre mútuos	(219)	-
Juros e multas	-	(18)
Despesas bancárias	(1)	(2)
IOF	(134)	-
Outras despesas financeiras	(3)	(8)
Despesas financeiras	(357)	(28)
Rendimento de aplicações financeiras	42	182
Receitas financeiras	42	182
Resultado financeiro	(315)	154

14. Gestão de risco financeiro

Visão geral

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco de moeda

- Risco de taxa de juros

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Empresa, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Empresa. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Empresa possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Empresa caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

A gestão de risco de crédito da Empresa em relação a clientes adota como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito, assim como busca incluir garantias em montantes suficientes para reduzir ao mínimo o risco de crédito das operações, além do acompanhamento permanente da carteira em aberto.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros ou, ainda, nos preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção, têm nos ganhos da Empresa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de moeda

A Empresa está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras denominadas em uma moeda diferente da respectiva moeda funcionais da Empresa, o Real (R\$). A moeda na qual estas transações são denominadas principalmente é o dólar americano (US\$).

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Empresa considera que sua exposição líquida é gerenciada a um nível aceitável, comprando ou vendendo em moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações das taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As aplicações financeiras contratadas sofrem valorização com base na variação do CDI, sendo os encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas pelo mercado.

* * *